

BRASÍLIA, CIDADE DISPERSA?*

Igor CATALÃO

Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Geografia
FCT/UNESP, *campus* de Presidente Prudente
igor@pos.fct.unesp.br

O ponto de partida deste artigo é a análise da chamada urbanização difusa, que pode ser entendida como um processo característico do estágio atual do modo capitalista de produção, que se desenvolveu historicamente e não apenas continuou existindo, mas ampliou-se e tornou-se hegemônico no planeta, por meio da produção e do consumo do espaço (LEFEBVRE, 1973), sobretudo sob feições urbanas. Esse tipo de urbanização é resultado do avanço nas técnicas, que gerou uma nova maneira de produzir, mais eficiente e rápida, e da tecnologia, sobretudo aquela atrelada aos meios de telecomunicação e transporte em todas as escalas – em outras palavras, com o surgimento e a ampliação de um meio técnico-científico-informacional (SANTOS, 1997).

Nesse contexto, entendo a cidade dispersa como a forma espacial característica da urbanização difusa e, a partir da análise da metrópole de Brasília, considerando as grandes discontinuidades de seu tecido metropolitano, busco apresentar elementos para discutir a maneira de se pensar sobre a cidade e o urbano, o espaço e o tempo, como contribuição à análise geográfica da urbanização, considerando que estamos num período de revolução, a chamada “revolução urbana” (URBANOSE, 1972; LEFEBVRE, 1999), que nos coloca o desafio de descobrir se devemos tratar das novas formas espaciais surgentes como sendo formas espaciais urbanas, resultantes de transformações sociais, políticas, econômicas e culturais da sociedade contemporânea, tal como proposto por Sposito (2008).

Assim, este artigo busca analisar os conceitos de urbanização difusa e cidade dispersa tendo em vista as transformações recentes na sociedade e no espaço-tempo que, por um lado, ela engendra e, por outro, são engendrados por ela.

Este conjunto de idéias aqui esboçado é resultante de duas pesquisas sobre o processo de metropolização de Brasília, uma finda e outra em andamento. A primeira foi levada a cabo a partir da análise das transformações de seu tecido metropolitano, do processo de periferização e de constituição de seu espaço metropolitano e das transformações na vida cotidiana dos habitantes da periferia, sobretudo no que se refere à mobilidade e as práticas espaciais. A segunda refere-se a uma análise mais ampla do processo de metropolização e de difusão da urbanização a partir da comparação com outras duas cidades brasileiras, São Paulo e São Luís. A partir disso, alguns elementos merecem ser destacados para fomentar a discussão e tentar contribuir, de alguma maneira, para a complexificação de nossa imaginação geográfica.

* As idéias esboçadas neste texto estão presentes na dissertação de mestrado intitulada “Brasília: metropolização e espaço vivido – práticas espaciais e vida cotidiana na periferia goiana da metrópole” e na pesquisa de doutorado que está sendo desenvolvida sob o título “Da urbanização difusa à sociedade urbana: transformações nos tecidos urbanos, metropolização e mobilidade espacial em três cidades brasileiras – São Paulo, Brasília e São Luís”, ambas desenvolvidas sob orientação da Prof^a Dra. Maria Encarnação Beltrão Sposito junto ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Faculdade de Ciências e Tecnologia (FCT) da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP), *campus* de Presidente Prudente, São Paulo, Brasil, com o apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP).

*

Para Lefebvre, a sociedade urbana é o resultado da urbanização completa da sociedade, que hoje vemos virtualmente, mas que amanhã veremos em sua plenitude, haja vista que já dispomos dos elementos que nos permitem vislumbrá-la no plano do possível. Com efeito, trata-se de um processo, em primeiro lugar, social, de ampliação do urbano – isto é, do modo de vida urbano, com suas práticas, seus valores, signos, símbolos e objetos característicos – por todo o planeta; porém, um processo que se dá por meio de transformações simultaneamente contínuas e descontínuas, já que “[e]ssa sociedade urbana só pode ser concebida ao final de um processo no curso do qual explodem as antigas formas urbanas” (LEFEBVRE, 1999, p. 15, grifos do autor).

Como todo processo social engendra um espaço próprio e cristaliza nele formas que perpetuam historicamente, ainda que não indefinidamente, seu momento específico de produção, a sociedade urbana constitui-se como aquela da concentração espacial, tanto de população como dos meios de produção, das atividades, dos objetos etc. e, contraditoriamente, da ampliação dos tecidos urbanos por meio dos diferentes usos do solo feitos cada vez mais em descontinuidade territorial por escalas mais e mais ampliadas, criando diferentes formas de habitat, como subúrbios, periferias descontínuas, condomínios horizontais etc., constituintes do que se está chamando “cidade dispersa” (MONCLÚS, 1998, 1999; DEMATTEIS, 1998). Nos termos de Lefebvre (1999), trata-se de um processo histórico-dialético – e, acrescento aqui, também espacial – de implosão-explosão da cidade em função da constituição de uma realidade urbana expandida.

Segundo Sposito (2004), o desafio que se coloca, na atualidade, é o de compreender a simultânea diminuição das densidades urbanas e das contigüidades territoriais, com a conseqüente criação de vazios urbanos e de novas formas territoriais mais descontínuas, que contraditoriamente reforçam a concentração econômica pela especialização locacional das atividades. Ou seja, as cidades-produto de um tipo de urbanização difuso não apenas continuam mantendo, mas também ampliam a complexidade e a concentração ao mesmo tempo em que abandonam a continuidade dos tecidos urbanos que, como aponta a autora em concordância com Benevolo (2001), são as três características histórica e geograficamente permanentes desde as cidades pré-industriais.

Historicamente, segundo Lefebvre (URBANOSE, 1972), estamos passando de um tipo de cidade concentrada, compacta e com poucas especializações locais a uma cidade cada vez mais dispersa e com áreas cada vez mais especializadas, em que se verificam espaços de segregação nos quais são dispersas as populações e nos quais se observa a dissociação dos elementos da vida social. Para o autor, esse fenômeno, chamado por ele de “destruição da vida e da realidade urbanas”, advém da propriedade privada do solo urbano ocupado e a ocupar, que destina cada classe ou grupo social a uma localização específica. Essa destruição, no entanto, só pode ser entendida num sentido metafórico, haja vista que se trata, na verdade, de uma transformação profunda da vida e da realidade urbanas, pautadas pelas novas formas surgidas de produção e apropriação do espaço e do tempo.

A partir da cidade, cria-se um território cada vez mais difusamente urbanizado que, no entanto, não é ainda capaz de superar a oposição existente entre cidade e campo, já que, com a ampliação dos tecidos urbanos, foram produzidos subúrbios e periferias que “não são uma síntese harmoniosa entre a cidade e o campo”, no entender de Lefebvre (URBANOSE, 1972, tradução nossa), ainda que, em várias realidades, fique cada vez mais difícil identificar a passagem de um a outro. Por essa razão, o autor fala de uma sociedade urbana que está se constituindo ao mesmo tempo em que se ruraliza, num processo dialético e contraditório. Isso se deve ao fato de que, ao difundir-se pelos territórios, a urbanização, por um lado, amplia os

elementos da vida urbana e, por outro, incorpora elementos da vida rural que se tornam resíduos históricos de um outro tempo e de um outro modo de produção e ocupação do espaço.

Entramos então, segundo Lefebvre (URBANOSE, 1972), numa era urbana em que tudo se transforma, sobretudo as noções de tempo e espaço, sobre as quais ainda é necessário pensar. No seio dessa transformação, permanece o espaço como síntese contraditória e mediação entre a ordem próxima e a ordem distante (LEFEBVRE, 2006) que, mais que o tempo, é capaz de ocultar e desvendar as incoerências inerentes à reprodução do capital (SOJA, 1993), porque cristaliza a história por meio de suas formas.

As transformações no tempo e no espaço dizem respeito, agora, aos novos tipos de habitats e espaços de produção que têm levado a vida quotidiana para outras escalas, ressignificando a própria apreensão espaciotemporal dos sujeitos, que implica, por conseguinte, uma mudança nas suas práticas espaciais, nas suas apropriações, nos seus usos, enfim, na maneira como se relacionam com os espaços público e privado e com o tempo, cada vez mais efêmero. Essa análise é a que Sposito (2004) reconhece como sendo uma análise territorial mais subjetiva, ou seja, que reconhece, no plano da ordem próxima – aquele do quotidiano e do espaço vivido –, aquilo que é averiguado, no plano da ordem distante e numa análise territorial mais objetiva, como a própria expansão territorial das formas urbanas resultantes da transformação da sociedade e que engendram novos usos e apropriações. Nesse sentido, é necessário reconhecer que:

La “città diffusa” non costituisce una forma autonoma e indipendente di organizzazione dell’insediamento ma piuttosto la trasformazione di forme diverse di “occupazione” del territorio.

[...] il passaggio dall’urbanizzazione diffusa alla città diffusa corrisponde anche ad un processo di densificazione e di intensificazione fisica, tuttavia è alla funzionalità, anche sociale, che deve essere posta maggiore attenzione (INDOVINA, 1997, p. 124).

A partir das palavras de Indovina supracitadas, um esclarecimento deve ser feito aqui no que respeita à compreensão dos conceitos de urbanização difusa e cidade dispersa e à realidade à qual eles se referem. Muito embora haja autores que se refiram à realidade em constituição conceituando-a em termos de urbanização e de cidade difusas, há que se fazer a diferenciação entre aquilo que deve ser entendido como processo – a urbanização e sua difusão – e a forma que este processo toma – a cidade e sua dispersão, ainda que se deva reconhecer que “a cidade dispersa e a urbanização difusa não são, somente, forma e processo, mas aparecem como essência da articulação inexorável entre o espaço e o tempo (SPOSITO, 2008, p. 15, grifos da autora).

Observamos então que a urbanização difusa, em sua dimensão espacial, é resultado do próprio processo de transformação da sociedade e de sua maneira de produzir, bem como da divisão social e espacial do trabalho feita, no entender de Lefebvre (URBANOSE, 1972), a partir de uma especialização cada vez mais intensa e parcelar. O desenvolvimento das técnicas, sobretudo pós-revolução tecnológica e decorrente do desenvolvimento do modo de produção capitalista, com a implantação de um conjunto de infra-estruturas de comunicação e transporte muito mais eficientes, permitiu a difusão, no planeta, de um modo de vida até então característico apenas das cidades. Segundo Sposito (2008, p. 04):

A intensificação das relações entre o urbano e o rural [...] está acompanhada, no período contemporâneo, de interpenetração entre espaços urbanos e rurais, bem como de ampliação dos valores, práticas e formas de uso do tempo relacionadas ao espaço urbano, sobre a vida e os valores, até então, reconhecidos como rurais.

Atrelados a esse modo de vida urbano, implantaram-se também nós de redes que ligam o planeta todo, muito embora inúmeros territórios continuem excluídos dessas ligações. É isso que caracteriza a contraditoriedade do processo de urbanização e que permite um tipo de desenvolvimento que, no capitalismo, se faz de maneira desigual e combinada (SOJA, 1993).

Dentro desse processo de desenvolvimento tecnológico, que impulsiona a difusão da urbanização, há um elemento – senão o principal, certamente um dos principais – que norteia a ocupação e a apropriação do espaço nas cidades contemporâneas, a saber: o uso generalizado do automóvel. Para Lefebvre (URBANOSE, 1972), o automóvel contribuiu para a produção de um tipo de espaço que nega o habitar e dissolve o durável no efêmero, pois reduz a vida social à circulação. Nesse sentido, a generalização do uso do automóvel com a produção de um espaço de circulação, portanto vazio de conteúdos, entra então como um elemento da urbanização que se, num primeiro momento, subsume a cidade e a vida urbana, num segundo, contribui para a ampliação do fenômeno urbano. Esse tipo de meio de transporte, ao permitir uma maior independência dos sujeitos, seja no que tange à sua mobilidade, seja no que respeita à escolha locacional de sua habitação, também contribuiu para tornar ainda mais dependentes aqueles que não têm possibilidade de adquiri-lo. Muito embora a tecnologia e o gerenciamento dos transportes públicos também tenham sido incrementados, em muitas realidades sua implantação não foi capaz de acompanhar a dispersão dos tecidos urbanos e não pôde atender à demanda da população economicamente mais desfavorecida, como é o caso da maioria das cidades brasileiras, sobretudo as metrópoles.

Nesse sentido, todos os novos ou renovados elementos constituintes da urbanização difusa encontram-se contraditoriamente articulados aos velhos elementos. Estes não dizem respeito tão-somente ao que é obsoleto, mas podem ser também resíduos históricos significantes de laços identitários e culturais sob formas espaciais que representam a vida das pessoas e que sinalam a realização do ser social, que só se dá espacialmente (LEFEBVRE, 2000). “Em outras palavras, quando há mudança morfológica, junto aos novos objetos, criados para atender a novas funções, velhos objetos permanecem e mudam de função” (SANTOS, 2006, p. 62). Trata-se, pois, da luta do novo para implantar-se contra o velho que quer permanecer.

Esse conjunto de elementos contextuais referentes à difusão da urbanização permite articular níveis diferentes de apreensão da realidade e aqui me refiro, principalmente, à constituição dispersa do tecido urbano-metropolitano de Brasília, sobre a qual discorrerei a seguir buscando atrelar os elementos presentes na ordem próxima àqueles provenientes da ordem distante. Se, por um lado, a metrópole sede do poder federal brasileiro apresenta especificidades que foram produzidas a partir de um conjunto de características locais, por outro, vemos que estas características têm existência apenas mediante fatores conjunturais dos processos de urbanização brasileira e mundial. Assim, discutamos, pois, o conceito de cidade dispersa a fim de entender Brasília a partir deste conceito.

*

O fato mais marcante do urbanismo do século XX foi a criação de um novo tipo de cidade descentralizada; mas não vemos esta cidade claramente porque, diferentemente de todas as cidades do passado, a nova cidade não tem centro e periferia, área central, distritos manufatureiros ou comerciais e interior definidos. Ao invés disso, as funções urbanas espalharam-se ao longo de corredores de crescimento das rodovias em assentamentos de baixa densidade, que combinam elementos urbanos, suburbanos e rurais em uma aparente composição aleatória e sem fim. Essa nova cidade existe em sua forma mais avançada nos Estados Unidos, mas as forças econômicas, sociais e tecnológicas

que ela criou podem ser vistas por todo o mundo (FISHERMAN, 1994, p. 45, tradução nossa).

As constatações de Fisherman supra-expostas dizem respeito a um processo que tem ganhado importância no mundo nos últimos decênios. Tal processo, chamado pelos americanos de espraiamento urbano¹ e conhecido pelos franceses como periurbanização², diz respeito às formas de dispersão do tecido urbano responsáveis pela ampliação das cidades e dos espaços metropolitanos para escalas territoriais cada vez mais ampliadas, o que venho denominando aqui, em concordância com Sposito (2008), de urbanização difusa. Com efeito, trata-se de um processo que atinge várias cidades no mundo, mas que se apresenta com especificidades locais resultantes das dinâmicas de cada formação socioespacial, do nível de desenvolvimento experienciado em cada país e da influência recebida de realidades externas. Se, no Brasil, o advento da dispersão urbana não é tão recente quanto o é na Europa, em Brasília tanto mais essa situação é uma característica marcante.

O que chama a atenção de qualquer pessoa que visite a capital federal brasileira, além de seu centro planejado aos moldes da arquitetura e do urbanismo modernistas, é o fato de ser ela uma cidade cujo tecido urbano se apresenta fracionado, com pouca continuidade do ambiente construído ao longo dos diversos núcleos urbanos que o compõem, que foi resultado da forma de ocupação do sítio urbano que Paviani (1996) denominou de horizontalização, isto é, o alargamento cada vez mais acentuado do perímetro urbano na direção da periferia. Trata-se de uma cidade que se estrutura segundo uma polinucleação urbana bem característica, resultante das ações que visavam a preservar o centro planejado como símbolo modernista, para tanto, instalando a periferia a quilômetros de distância. Ao longo de seus quase 49 anos, Brasília consolidou-se como aquilo que poderíamos chamar metaforicamente de símbolo de “região urbana sem cidade”³. De fato, não é que Brasília não seja uma cidade, mas que seu tecido urbano possui uma dispersão tal que é difícil a identificarmos com um conceito que durante muito tempo esteve ligado justamente a uma forte densidade populacional e de construções em continuidade territorial⁴. Em outras palavras, significa reconhecer para Brasília – tal como o fazem Cohen (1978) em relação a Paris e Soja (2000) referindo-se a Los Angeles, guardadas aqui as devidas diferenças relativas ao nível de dispersão urbana presente nessas metrópoles – que a cidade ampliou-se, tornando-se uma verdadeira região urbanizada.

Muito embora, em Brasília, a polinucleação urbana tenha demonstrado um pequeno arrefecimento ao longo dos últimos anos, essa tendência ainda é uma constante, sobretudo se levarmos em conta a escala do espaço metropolitano⁵. Essa diminuição da dispersão deve-se, sobretudo, ao grande número de construções que têm sido feitas nos terrenos antes ocupados com finalidades agrícolas, desocupados ou destinados à preservação do ambiente natural, como as duplicações de vias de acesso e especialmente a implantação de inúmeros condomínios horizontais, o que tem aumentado o nível de continuidade das construções e de densificação do tecido urbano.

¹ Do inglês, *urban sprawl*.

² Do francês, *périurbanisation*.

³ A idéia de me referir a Brasília como “região urbana sem cidade” partiu da interrogação levantada por Couret (2006): *Brasília : une agglomération urbaine sans cité ?*

⁴ “El creciente protagonismo de esos nuevos paisajes suburbanos resulta innegable: al menos hay que reconocer que, como ya advertía J. L. Sert, son cada vez mayores, ocupan mucho más espacio en relación a lo que todavía estamos acostumbrados a identificar con las «ciudades» propiamente dichas” (MONCLÚS, 1998, p. 3).

⁵ O espaço metropolitano ao qual me refiro, como apontado em Catalão (2008), engloba Brasília como núcleo, tendo como entorno as cidades goianas contíguas de Águas Lindas de Goiás, Cidade Ocidental, Luziânia, Novo Gama, Planaltina, Santo Antônio do Descoberto e Valparaíso de Goiás.

Não obstante, apesar da ainda evidente dispersão do ambiente construído, manifestada desde os primeiros anos pós-inauguração, cabe aqui o questionamento sobre a validade do conceito de “cidade dispersa” como meio teórico para compreender e explicar a realidade urbana de Brasília, haja vista a grande importância e evidência que este conceito tem ganhado nos últimos anos e a sua aparente adequabilidade ao caso estudado. Como afirma Monclús (1999, p. 95):

En los últimos años, la preocupación que suscita la eventual transformación de la ciudad compacta tradicional en un nuevo tipo de ciudad más dispersa y fragmentada como consecuencia de los procesos de suburbanización recientes, está dando lugar a un importante debate entre geógrafos, urbanistas y medioambientalistas.

Contudo, vale destacar que os processos de dispersão que passaram a ganhar cada vez mais importância nas cidades européias a partir da década de 1970 (DEMATTEIS, 1998; MONCLÚS, 1999), são já conhecidos no Brasil e, principalmente, nos Estados Unidos desde décadas anteriores.

Voltando-nos, pois, à compreensão do conceito de cidade dispersa e da realidade expressa por ele, como exposto já anteriormente (CATALÃO, 2007), temos que tradicionalmente as cidades se apresentavam como uma unidade territorial densa e contínua em seu tecido urbano. Nelas, observava-se uma oposição relativa da periferia ao centro, com a primeira – formada, em geral, por um conjunto de residências de classes baixas – definindo-se de forma negativa em relação ao segundo – local de residência das classes mais altas, de concentração de bens e serviços de alta qualidade e de empregos (SPOSITO, 2004).

No capitalismo avançado, o desenvolvimento tecnológico permitiu novas formas de produção espacial urbana e de dispersão das cidades e dos espaços metropolitanos. Criaram-se novas periferias, com conteúdos distintos das tradicionais (MONCLÚS, 1999; SPOSITO, 2004), como resultado de mudanças nas estruturas territoriais, nas telecomunicações, nas formas de mobilidade territorial e na própria organização social e como parte do desenvolvimento de um tipo de produção pós-fordista (DEMATTEIS, 1998).

Para Fisherman (1994), a mudança tecnológica e a generalização da utilização de veículos automotores, como também já aponte aqui, foi a responsável por uma mudança que transformou valores espaciais em valores temporais, conformando as medidas do espaço em tempo e engendrando, inclusive, novas formas de apreensão e percepção do espaço. Isso significou uma transformação da sociedade para incorporar escalas espaciais antes pouco vivenciadas no cotidiano, obrigando uma reestruturação em escala regional da vida de boa parte da população, reestruturação essa em que as cidades ganham novos papéis no espaço metropolitano, deixando de ser as sedes da vida quotidiana, “para se transformarem em pólos de um sistema articulado em escala mais ampla, regional” (REIS, 2006, p. 91). Na cidade dispersa, relativizou-se a extensão do território a ser percorrida e as medidas agora se fazem em termos de distância-tempo.

Para Dematteis (1998), a desconcentração funcional das cidades é a responsável pelo processo de dispersão das formas urbanas. Essa desconcentração permitiu uma maior complexificação das relações entre as cidades, tanto na escala metropolitana, quanto na escala da rede urbana regional. Para o autor, esse processo passou a conformar novas periferias tanto em relação ao seu modo de produção espacial e urbanística, quanto aos conteúdos sociais que lhe são inerentes.

Tomando como ponto de partida a necessidade de precisar os significados que tomam os diversos conceitos, tais como suburbanização, periferação e periurbanização, entre outros, Monclús (1999) tece suas considerações relativas à cidade dispersa considerando que, em

princípio, o advento da dispersão urbana é o resultado do processo de ampliação do fenômeno de suburbanização, que ele entende no sentido mais genérico de crescimento urbano das periferias, tal como se aceita mais comumente nos Estados Unidos e na Europa. Contudo, para esse fenômeno, considero mais adequada a utilização do conceito de periferização, levando-se em conta as especificidades da urbanização brasileira, em geral, e brasiliense, em particular.

Assim, no caso de Brasília, a dispersão atual de seu tecido urbano resulta do processo de periferização vislumbrado já desde o final da década de 1950 com a criação de núcleos urbanos periféricos distantes do centro planejado. Esse esforço de adequar os termos à realidade estudada também é feito por Dematteis (1998) ao considerar a suburbanização europeia como um processo com duas especificidades, um mais característico do modelo anglo-saxão da Europa setentrional – que resultou na ampliação da cidade e na substituição, porém não completa, de paisagens rurais por paisagens urbanas – e outro mais próprio do modelo latino da Europa mediterrânea – em que as cidades não se estendem muito além das muralhas medievais e continuam estabelecendo com o campo uma relação de colonização.

Para o entendimento do conceito de cidade dispersa, Monclús (1999) considera necessário levar em conta a transferência de população e atividades diversas para as periferias e a forma como isso se realiza, quer de maneira compacta, quer mais dispersa. Em todo caso, ele adverte não se tratarem ambos do mesmo processo, mas de um fenômeno que abrange, por um lado, questões estruturais relacionadas à dinâmica urbana e, por outro, as fisionomias espaciais que lhe são decorrentes (MONCLÚS, 1998). Em outras palavras, a intenção do autor é evitar a compreensão do processo como uma questão morfológica isolada e aleatória, reconhecendo que se trata, na verdade, de um processo dialético social-espacial.

Em Brasília, a transferência de população das áreas centrais para as periferias é fato marcante desde o final da década de 1950, antes mesmo da inauguração, quando foram criados, por exemplo, os núcleos urbanos de Taguatinga e Sobradinho, e que se perpetuou ao longo dos anos, atingindo as cidades goianas do entorno⁶ metropolitano a partir de 1970. Esse fenômeno não tem a ver com saturação e perda de qualidade de vida no centro, dada sua baixa densidade de ocupação – havia ainda 49% de áreas desocupadas no Plano Piloto em 1976 –, nem com a desconcentração industrial, haja vista tratar-se de uma metrópole terciária (PAVIANI, 1985) que nunca teve indústrias significativamente desenvolvidas, mas como a saída encontrada para resolver a questão habitacional das classes mais baixas, já que a elitização das áreas centrais impossibilitou financeiramente a estas classes de adquirirem moradias mais centralmente localizadas (GONZALES, 1985).

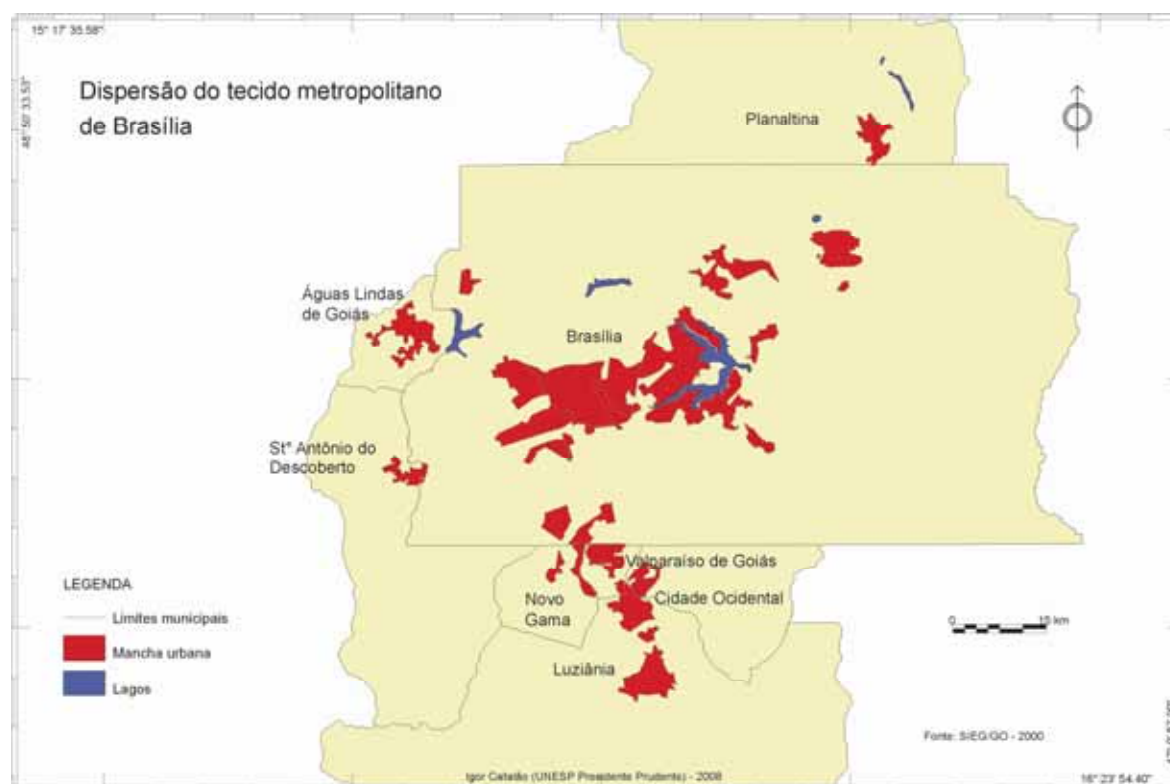
A partir das considerações de Monclús (1998, 1999), entendo que a morfologia dispersa do tecido urbano-metropolitano de Brasília resulta, primeiramente, da desigualdade social extrema que enfrentamos no Brasil há muito tempo, e que só se tem acentuado, e igualmente na capital. Brasília foi implantada como símbolo da modernidade e como motor do desenvolvimento brasileiro, baseada num projeto de transformação social, buscando a equidade e calcado na subordinação da sociedade às formas do ambiente construído. Tratava-se, pois, de construir uma nova sociedade junto com a nova cidade (HOLSTON, 1993). Naturalmente tal projeto não se mostrou exequível e, para tentar manter o Plano Piloto modernista na “utopia da cidade sem periferia” (PENNA, 2000) em que todas as classes sociais conviveriam harmonicamente, o poder público afastou as classes baixas para as periferias distantes,

⁶ Comumente, ao se falar de Entorno quando referido à região circundante a Brasília, o termo – grafado em maiúsculo – já possui significado pleno, tanto no cotidiano local e nas definições do poder público quanto nos estudos desenvolvidos sobre a urbanização brasiliense. Não obstante, em muitas situações ele é usado com uma carga de significado pejorativo e de maneira já estigmatizada. Por essa razão, optei por empregar a palavra sob sua acepção comum “daquilo que está ao redor de algo”, agregando o termo “metropolitano” para designar as sete cidades goianas limítrofes que considero partícipes do processo de metropolização da capital (cf. CATALÃO, 2008).

reproduzindo espacialmente a segregação social já existente: o Plano Piloto já estava destinado aos burocratas do Estado, ainda que o contingente de pessoas sem habitação, em geral trabalhadores de baixa qualificação e instrução, fosse gigantesco na ocasião da transferência dos órgãos públicos do Rio de Janeiro para a nova capital. Como comenta Holston (1993), o direito à cidade reservava-se aos funcionários públicos, restando aos demais, presentes “por acaso” na inauguração da cidade, voltar a suas terras de origem, se é que isso era mesmo possível, ou procurar habitação nas inúmeras ocupações irregulares existentes.

Analisar espacial e dialeticamente esse processo significa reconhecer a estratificação social transferida à dimensão espacial e por esta reproduzida. Essa transferência – não teórico-discursiva, mas empiricamente experienciada – resulta na dispersão do tecido urbano-metropolitano (MAPA 1) e na segregação socioespacial da população que vive em Brasília. Segregada, a população de mais baixa renda é disposta em núcleos urbanos de periferias distantes e essa disposição só acentua a segregação, reproduzindo-a em escalas cada vez mais acentuadas, pela cada vez maior impossibilidade de as diferentes classes sociais conviverem no mesmo espaço, ainda que a dependência dele para a reprodução da vida lhes seja um traço comum.

Monclús (1998) considera que o advento da cidade dispersa é resultado do processo de ampliação das periferias, fenômeno que se torna cada vez mais generalizado no mundo. Esse fenômeno se caracteriza pela inversão do crescimento da população das cidades em detrimento do seu território: o desenvolvimento da cidade compacta era caracterizado pelo incremento no número de seus habitantes em proporção sempre maior à do crescimento territorial urbano. Hoje, segundo o autor, o que se tem visto é uma ampliação mais vertiginosa do tecido urbano se comparado ao crescimento demográfico, gerando assim diminuição dos índices médios de densidade urbana.



MAPA 1. Dispersão do tecido metropolitano de Brasília. 2000.

Se, na escala da cidade, começa-se a observar uma dispersão do tecido urbano cada vez mais marcante, na escala metropolitana esse processo é tanto mais visível. No Estado de São Paulo, por exemplo, Sposito (2004) salienta que a área metropolitana de Campinas se apresenta polinucleada e com descontinuidade do tecido urbano. Além disso, nesse mesmo estado federado, o crescimento das cidades mostra-se bastante acentuado ao longo dos principais eixos rodoviários. De acordo com a autora, entre São Paulo e Campinas já se pode notar uma mancha urbana mais ou menos contínua ao longo da rodovia que liga seus respectivos espaços metropolitanos, tal como constatou Fisherman (1994) como característica das cidades norte-americanas e como virtualidade para outras cidades do mundo.

Segundo assegura Monclús (1999), um dos principais responsáveis pela dispersão na escala metropolitana é a migração das populações do centro para as franjas periféricas. No Brasil, isso é notado pelo grande crescimento apresentado nos últimos anos pelas cidades dos entornos em comparação aos núcleos metropolitanos. Brasília não está alheia a esse fato, tendo apresentado taxas de crescimento inferiores a sua periferia goiana nas últimas décadas, com exceção apenas de Santo Antônio do Descoberto, com 2,95% de crescimento entre 1996 e 2000. Neste período, Brasília cresceu a uma taxa de 3,01%, contra 14,52% de Águas Lindas de Goiás, 7,23% de Luziânia, 5,92% de Planaltina, 5,91% de Valparaíso de Goiás, 5,32% do Novo Gama e 5,06% de Cidade Ocidental (CAIADO, 2006).

Assim, é nos interstícios da produção e reprodução da dispersão do tecido urbano de Brasília que se desenvolve seu processo de metropolização – entendido como duplo processo socioespacial que, por um lado, “transforma as cidades em metrópoles” e, por outro, “impregna o espaço de características metropolitanas” Lencioni (2006, p. 47) – nitidamente marcado pela falta de continuidade territorial entre os núcleos urbanos, sem que isso signifique, porém, uma falta de integração espacial e funcional entre as cidades⁷. Ademais, se houve um momento em que era obrigatório que, num determinado espaço metropolitano, as cidades apresentassem uma continuidade territorial plena entre si, esse fenômeno deixou de ter importância com o desenvolvimento das novas tecnologias de comunicação e transporte (ASCHER, 1995). Hoje, inclusive, o grau de desenvolvimento dessas tecnologias tem permitido a ampliação do processo de metropolização para escalas regionais cada vez mais ampliadas, formando o que Ascher (1995) denomina espaços metapolitanos⁸.

*

Nos últimos anos, a problemática urbana tem ganhado grande importância, superando a problemática industrial de outrora (LEFEBVRE, 1999; URBANOSE, 1972), sobretudo com a ampliação do processo de metropolização e o conseqüente aparecimento de aglomerações extremamente grandes e complexas.

Nesse contexto, temos uma cada vez mais crescente dispersão dos tecidos urbanos, conformando tipos mais dispersos de cidades que podem ser entendidas como formas espaciais resultantes das transformações sociais. Essas transformações têm criado os desencaixes (GIDDENS, 1991) notados na ampliação da escala de realização da vida cotidiana. Existe então a necessidade de pensar a respeito do futuro da nossa urbanização e de como se podem ampliar ou minimizar os problemas socioespaciais hoje existentes, como a precariedade dos transportes coletivos, a segregação dos pobres, a fragmentação dos ricos, o esfacelamento do espaço público, a especulação da terra urbana, as especializações locacionais excessivas etc.

⁷ Uma discussão mais aprofundada a respeito do processo de metropolização e da produção do espaço metropolitano de Brasília pode ser encontrada em Catalão (2008).

⁸ A discussão sobre o processo de metapolização integra a pesquisa de doutorado referida na primeira nota deste texto.

As idéias expostas neste artigo, por fim, servem de indicativos de direções de reflexão a serem tomadas e de possibilidades que se abrem à investigação com vistas à compreensão da realidade para a tomada de medidas de resolução de problemas.

Referências

- ASCHER, François. *Métapolis* ou l'avenir des villes. Paris: Éditions Odile Jacob, 1995. 347 p.
- BENEVOLO, Leonardo. *História da cidade*. São Paulo: Perspectiva, 2001[1975]. 728 p.
- CAIADO, Maria Célia Silva. *Estruturação intra-urbana e respostas sociodemográficas: a diferenciação socioespacial da população na região do Distrito Federal e Entorno*. Campinas: NEPO/UNICAMP, 2006. 168 p.
- CATALÃO, Igor. Cidade e metrópole: notas para uma leitura conceitual do espaço metropolitano de Brasília. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE GEOGRAFIA URBANA, 10., 2007, Florianópolis. *Anais...* Florianópolis: PPGG/UFSC, 2007. 20 p.
- _____. *Brasília: metropolização e espaço vivido – práticas espaciais e vida cotidiana na periferia goiana da metrópole*. 2008. 193 p. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", Presidente Prudente.
- COHEN, Stephen S. Paris : dormir en banlieu, rêver en Californie. In: LE MONDE. *Cités géantes*. 24 villes : leurs habitudes et leurs habitants. Paris: Fayard/Le Monde, 1978. P. 161-169.
- DEMATTEIS, Giuseppe. Suburbanización y periurbanización. Ciudades anglosajonas y ciudades latinas. In: MONCLÚS, Francisco Javier (Ed.). *La ciudad dispersa*. Barcelona: Centre de Cultura Contemporània de Barcelona, 1998. P. 17-34.
- FISHERMAN, Robert. Space, time and sprawl. *Architectural Design*, Londres, v. 64, n. 108, p. 45-47, mar.-abr., 1994.
- GIDDENS, Anthony. *As conseqüências da Modernidade*. São Paulo: Editora da UNESP, 1991 [1990]. 177 p.
- GONZALES, Suely Franco Netto. As formas concretas da segregação residencial em Brasília. In: PAVIANI, Aldo (Org.). *Brasília, ideologia e realidade: espaço urbano em questão*. São Paulo: Projeto/CNPq, 1985. P. 81-99.
- HOLSTON, James. *A cidade modernista: uma crítica de Brasília e sua utopia*. São Paulo: Companhia das letras, 1993 [1989]. 362 p.
- INDOVINA, Francesco. La città diffusa. Che cos'è e come si governa. *Position Paper*, Veneza, Lettura 6.1, p. 124-131, 1997.
- LEFEBVRE, Henri. *La survie du capitalisme : la re-production des rapports de production*. Paris: Anthropos, 1973. 274 p.
- _____. *A revolução urbana*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 1999 [1970]. 178 p.
- _____. *La production de l'espace*. 4. ed. Paris: Anthropos, 2000 [1974]. 487 p.
- _____. *O direito à cidade*. 4. ed. São Paulo: Centauro, 2006 [1968].
- LENCIONI, Sandra. Reconhecendo metrópoles: território e sociedade. In: SILVA, Catia Antonia da; FREIRE, Désirée Guichard; OLIVEIRA, Floriano José Godinho de (Org.). *Metrópole: governo, sociedade e território*. Rio de Janeiro: DP&A/FAPERJ, 2006. P. 41-57.

MONCLÚS, Francisco Javier. Suburbanización y nuevas periferias. Perspectivas geográfico-urbanísticas. Introducción. In: MONCLÚS, Francisco Javier (Ed.). *La ciudad dispersa*. Barcelona: Centre de Cultura Contemporània de Barcelona, 1998. P. 143-167.

_____. Ciudad dispersa y ciudad compacta. Perspectivas urbanísticas sobre las ciudades mediterráneas. *D'Humanitats*, Girona, n. 7, p. 95-110, 1999.

PAVIANI, Aldo. A metrópole terciária. In: PAVIANI, Aldo (Org.). *Brasília, ideologia e realidade: espaço urbano em questão*. São Paulo: Projeto/CNPq, 1985. P. 57-79.

_____. A realidade da metrópole: mudança ou transformação na cidade? In: PAVIANI, Aldo (Org.). *Brasília: moradia e exclusão*. Coleção Brasília. Brasília: Editora UnB, 1996. P. 213-229.

PENNA, Nelba Azevedo. *Brasília: do espaço concebido ao espaço produzido* – a dinâmica de uma metrópole planejada. 2000. 196 f. Tese (Doutorado em Geografia Humana) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.

REIS, Nestor Goulart. *Notas sobre urbanização dispersa e novas formas do tecido urbano*. São Paulo: Via das Artes, 2006. 201 p.

SANTOS, Milton. *Técnica, espaço, tempo: globalização e meio técnico-científico-informacional*. 3. ed. São Paulo: Hucitec, 1997 [1994]. 190 p.

_____. *A natureza do espaço*. 4. ed. São Paulo: EDUSP, 2006 [1996]. 258 p.

SOJA, Edward W. *Geografias pós-modernas: a reafirmação do espaço na teoria social crítica*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1993 [1989]. 324 p.

_____. *Postmetropolis: critical studies of cities and regions*. Oxford: Blackwell Publishing, 2000. 440 p.

SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. Novos conteúdos das periferias urbanas das cidades médias do Estado de São Paulo, Brasil. *Investigaciones Geográficas*, Cidade do México, n. 54, p. 114-139, ago., 2004b.

_____. Urbanização difusa e cidades dispersas: perspectivas espaço-temporais contemporâneas. In: REIS FILHO, Nestor Goulart (Org.). *Sobre a dispersão urbana*. São Paulo: Via das Artes/FAUUSP, 2008. No prelo.

URBANOSE : *15-Entretien avec Henri Lefebvre*. Produção de Normand Cloutier. Realização de Michel Régnier. L'Office National du Film du Canada, 1972. 4 vídeos digitais (34min. 25s). Documentário. Disponível em: <http://www.youtube.com/results?search_query=henri+lefebvre+1972&search_type=&q=f>. Acesso em: 31 ago. 2008.